

BRAGANÇA, V COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA

Martinho Montero Santalha, professor catedrático da Universidade de Vigo, propôs criação da «Academia Galega da Língua Portuguesa», na sua intervenção durante o V Colóquio Anual da Lusofonia, em Bragança. O professor solicita uma ampla e aberta colaboração, para que a Galiza tenha uma instituição

Um novo projecto: a «Academia Galega da Língua Portuguesa» (em processo de constituição)

José-Martinho Montero Santalha

Desde há anos vem-se comentando nos ambientes reintegracionistas da Galiza a conveniência de constituir uma «Academia Galega da Língua Portuguesa». Aqui defende-se a necessidade (e mesmo a urgência) de realizar esse projecto.

Existe na Galiza, como é sabido, uma «Real Academia Galega» e outras Academias mais, quase uma dezena, entre elas a «Real Academia Galega».

A «Real Academia Galega» tinha entre os objectivos fundacionais a atenção à língua portuguesa da Galiza. Ainda que a instituição, sempre mediatizada pelas circunstâncias políticas, nunca foi muito activa, manteve durante anos a ideia guia da unidade linguística galego-portuguesa, como fica patente pelas normativas linguísticas que promulgou. Nos últimos tempos, no entanto, essa direcção mudou no sentido isolacionista.

Em princípio, dada a existência de duas ideologias contrapostas sobre a identidade da nossa língua, a Academia podia ser um foro de encontro e debate científico e sereno. Mas alguns factos recentes parecem indicar que o caminho que se quer impor à instituição não se guia por esses critérios: os últimos membros de tendência reintegracionista (nomeadamente o professor Carvalho Calero) foram marginados, os que faleceram não foram compensados, e desde há já bastante tempo só se elegem novos membros que professem a concepção isolacionista. De facto, com as incorporações do último vinténio, o controle de qualquer actividade da instituição veio a ficar em mãos do Instituto da Língua Galega, o organismo que inventou a «língua galega independente do português» e que, por isso mesmo, foi outrora feramente rebelde e oporoso às directrizes linguísticas da Academia. Por uma espécie de «síndrome de Estocolmo», a Academia foi ficando submetida ao poder do seu maior inimigo.

Vista essa situação, as perspectivas de que a «Real Academia Galega» se torne uma instituição cientificamente imparcial no assunto da língua da Galiza parecem escassas a curto prazo, e, tratando-se de uma instituição com grande dependência política, a sua evolução dependerá muito de factores políticos e, em geral, da situação política da Galiza, que resulta difícil prever.

De todos os modos, qualquer que seja o futuro da «Real Academia Galega», para os que defendemos o carácter lusófono da Galiza é óbvio que o nosso país deve contar com uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» (de modo semelhante, por exemplo, a como os diversos países de língua espanhola possuem as suas próprias Academias da língua).

Entre outras razões, uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» é necessária para que os organismos reitores dos critérios normativos da nossa língua nos restantes países lusófonos tenham na Galiza uma instituição congénere, que ostente com pleno direito a representação da Galiza nas decisões técnicas sobre a língua comum, prescindindo –dada a particular situação da Galiza– de se o poder político do momento as ratifica ou não.

Com este projecto, não se trataria de erigir uma instituição *contra* a actual «Academia Galega», mas de uma instituição alternativa, diferente, guiada por claros princípios de unidade lusófona e de cooperação com as correspondentes instituições dos demais países de língua portuguesa, e inspirada pelo amor à verdade e por um sincero respeito a qualquer outra opinião, em leal concorrência. Nem sequer deveria excluir a colaboração, ocasional ou habitual, com a «Real Academia Galega», e a possível existência de membros comuns. Mas os seus estatutos, os seus princípios reitores e os seus membros deverão estar clara e expressamente posicionados a favor do carácter lusófono da Galiza, excluindo de modo explícito e firme qualquer ideia de desmembramento ou isolamento do território galego a respeito do restante âmbito linguístico português.

Evidentemente, esta instituição não interferiria de nenhum modo com os organismos de inspiração reintegracionista já existentes na Galiza, os quais devem seguir existindo com a maior vitalidade possível: as características e os objectivos de uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» são distintos aos de organismos de tão decisiva importância, tanto para o presente como para o futuro, como são a AGAL

(«Associação Galega da Língua»), as «Irmandades da Fala de Galiza e Portugal», a «Associação de Amizade Galiza-Portugal», o MDL («Movimento Defesa da Língua»), e outros, com os quais naturalmente a nova instituição deverá colaborar estreitamente.

Sou bem consciente de que a posta em marcha de um tal organismo tropeçará com grandes obstáculos.

Antes de mais, poderão aparecer travas de tipo jurídico, e devemos esperar que os defensores da tendência isolacionista moverão todos os seus poderosos instrumentos políticos para impedir que chegue a estabelecer-se. Mas, desde a pura justiça, nenhuma razão se poderá aduzir contra a constituição de um organismo que não existe nem se pode confundir com qualquer outro.

Logo, haverá dificuldades de tipo económico: será precisa uma sede estável numa cidade importante da Galiza –preferivelmente em Santiago– e a publicação dalgum órgão oficial.

E finalmente não deixará de haver, como sempre sucede nestes casos, os problemas de índole pessoal: por muito grande que seja o número de membros que se estabeleçam, não todas as pessoas que o merecem poderão ter cabida, o qual pode provocar em alguns ressentimento e até aversão.

Mas com todas estas dificuldades há que contar para qualquer cousa que se faça, e não creio que nenhuma delas seja insuperável se a comissão promotora souber agir com tino e com espírito aberto, alheio a todo género de sectarismo.